

1

Do Diabo a pessoas assustadoramente normais e sensatas

LEONIDAS DONSKIS: Depois do século xx, nós, sobretudo os europeus orientais como eu, tendemos a demonizar as manifestações do mal. Na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, humanistas e cientistas sociais tendem a analisar a *ansiedade da influência*, enquanto os europeus orientais estão preocupados com a *ansiedade da destruição*. A concepção de modernidade da Europa Central é semelhante à visão apocalíptica de modernidade do europeu oriental apenas por compartilhar a ansiedade da destruição (física).¹ Mas se na Europa Oriental o lado sombrio da modernidade se afirma como força absolutamente irracional, aniquilando a frágil cobertura de racionalidade e civilização, na literatura da Europa Ocidental do século xx manifesta-se um tipo totalmente diferente de modernidade — uma modernidade racional, subjugando tudo, anónima, despersonalizada, separando com segurança as responsabilidades e a racionalidade humanas em esferas distintas, fragmentando a sociedade em átomos e, por meio da hiper-racionalidade, tornando-se incompreensível para qualquer pessoa comum. Em suma, se o profeta do apocalipse da modernidade na Europa Oriental é Mikhail Bulgákov, os seus equivalentes na Europa Central seriam indubitavelmente Franz Kafka e Robert Musil.

Mas, durante uma aula pública sobre a história natural do mal, em setembro de 2010, na Universidade Vytautas Magnus, em

Kaunas, Lituânia, o Zygmunt lançou uma nova luz sobre os “demónios e espíritos” do mal ao relembrar o caso de Adolf Eichmann em Jerusalém, lucidamente descrito por Hannah Arendt no seu provocativo livro.² Todos esperavam ver um monstro insensível e patológico, mas foram desencorajados e amargamente desapontados pelos psiquiatras contratados pelo tribunal, que garantiram que Eichmann era normal — um homem que poderia ser bom vizinho, marido gentil e leal, um modelo como homem de família e membro da comunidade. Creio que a sugestão que deu foi muito oportuna e relevante, tendo em conta a nossa generalizada propensão para justificar as nossas experiências traumatizantes clinicizando e demonizando qualquer pessoa envolvida num crime em grande escala. De certa forma, isso quase coincide com a observação de Milan Kundera em *Um Encontro*, ao escrever sobre o protagonista do romance *Os Deuses Têm Sede*, de Anatole France: o jovem pintor Gamelin torna-se um fanático da Revolução Francesa e, no entanto, está longe de ser um monstro em situações e intercâmbios distantes da Revolução e dos seus pais fundadores, os jacobinos. E quando Kundera elegantemente liga essa qualidade da alma de Gamelin a *le désert du sérieux* ou *le désert sans humour* (“o deserto da seriedade, o deserto sem humor”), contrastando-o com o seu vizinho Brotteaux, *l’homme qui refuse de croire* (“o homem que se recusa a crer”), que Gamelin envia para a guilhotina, a ideia é bem clara: um homem decente pode abrigar dentro de si um monstro. O que acontece a esse monstro em períodos de paz, e se podemos sempre contê-lo dentro de nós, essa é outra questão.

O que acontece a esse monstro dentro de nós na nossa era líquida moderna ou nos períodos sombrios, em que mais frequentemente nos recusamos a garantir a existência do Outro, ou a vê-lo e ouvi-lo, em vez de oferecer uma ideologia canibal? Tendemos a substituir uma situação existencial face a face e olhos nos olhos por um sistema classificatório abrangente, que consome vidas e personalidades humanas como dados empíricos e provas ou estatísticas.

ZYGMUNT BAUMAN: Eu não atribuiria o fenómeno da “demonização do mal” à peculiaridade de ser “europeu oriental” — condenado a viver durante os últimos séculos no “limiar” que separa e vincula um “centro civilizador”, formado pela Europa Ocidental com a “ruptura moderna”, de e a uma vasta região interior, vista e vivida por justaposição como “incivilizada” e “necessitada de civilização” (subdesenvolvida, atrasada, deixada para trás). O mal precisa ser demonizado enquanto as origens da bondade (graça, redenção, salvação) continuarem a ser deificadas como o foram em todas as crenças monoteístas: a figura do “Diabo” representa a incompatibilidade da presença do mal num mundo em que se vive e sobrevive com a figura de um Deus amoroso: um pai e guardião da humanidade benevolente e misericordioso, a fonte de tudo o que é bom — a premissa fundamental de todo o monoteísmo. A perene questão *unde malum*, de onde vem o mal, juntamente com a tentação de apontar, revelar e retratar uma fonte da malevolência com o nome de código de “Diabo”, tem atormentado a mente de teólogos, filósofos e grande parte da sua clientela, ansiando há mais de dois milénios por uma *Weltanschauung* significativa e verídica.

Colocar a altamente visível “modernidade” (um produto humano e reconhecido como escolha humana, assim como um modo de pensar e agir selecionado e praticado por seres humanos) no papel até então reservado a Satanás — invisível para a maioria e visto exclusivamente por alguns escolhidos — foi apenas um dos numerosos aspetos e consequências ou efeitos colaterais do “projeto moderno”: pôr os assuntos do mundo sob gestão humana. Dada a postura monoteísta do “projeto da modernidade”, plena e totalmente herdado de séculos de domínio eclesiástico, a mudança resumiu-se a uma substituição das velhas entidades (sagradas) por novas entidades (profanas) com nomes diferentes — dentro de uma antiga matriz, intocada quanto a outros aspetos. A partir de então, a pergunta *unde malum* levava a esses endereços mundanos, terrenos. Num deles estava a “massa” plebeia, não totalmente civilizada (purificada, reformada, convertida), dos comuns — resíduos de uma educação pré-moderna feita por “pa-

dres, velhas e provérbios” (como os filósofos iluministas chamavam à educação religiosa, à aprendizagem familiar e às tradições comunais); no outro residiam os antigos tiranos, agora reencarnados sob a forma de ditadores modernos, déspotas empregando a coerção e a violência para promoverem a paz e a liberdade (pelo menos de acordo com o que diziam e — possivelmente — com o que pensavam). Os moradores dos dois endereços, tanto os apanhados em ação como os que deviam estar lá mas eram procurados em vão, foram minuciosamente examinados, revirados, radiografados, psicanalisados e medicamente testados, tendo-se registado todos os tipos de deformidade suspeita de gerar e incubar inclinações para o mal. Nada mais se seguiu, contudo, em termos pragmáticos. As terapias prescritas e postas em prática podem ter removido ou mitigado esta ou aquela suposta deformidade, mas a pergunta *unde malum* continuou a ser feita, uma vez que nenhuma das curas recomendadas se mostrou definitiva, e, claro, havia mais fontes do mal do que se podia perceber, muitas das quais, talvez a maioria, mantendo-se teimosamente escondidas. Elas eram, além disso, mutáveis; cada *status quo* sucessivo parecia apresentar as suas fontes do mal específicas — e cada tentativa de desviar ou de fechar e cortar as fontes já conhecidas, ou que se acreditava conhecer, provocava um novo estado de coisas mais garantido contra os males notórios do passado, mas desprotegido em relação aos eflúvios tóxicos provenientes de fontes até então subestimadas e desprezadas, ou tidas como insignificantes.

No capítulo pós-demoníaco da longa história (ainda longe de terminar) da pergunta *unde malum*, tem-se dedicado muita atenção — além da pergunta “de onde”, mas ainda em sintonia com o espírito moderno — à questão do “como”, à tecnologia da iniquidade. As respostas sugeridas a essas perguntas enquadravam-se geralmente em duas rubricas: coerção e sedução. Possivelmente, a expressão mais extrema da primeira foi encontrada em *1984*, de George Orwell; e da segunda em *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley. Os dois tipos de resposta foram articulados no Ocidente; na visão de Orwell, contudo, apresentada como o foi enquanto resposta direta à experiência comunista russa, podemos

encontrar um parentesco com o discurso do Leste Europeu, remontando a Fiódor Dostoievski e mais atrás — aos três séculos de cisma entre a Igreja Cristã no Ocidente e a Igreja Ortodoxa oriental. Foi aí, afinal, que a desconfiança e a resistência ao princípio das liberdades pessoais e da autonomia do indivíduo — dois dos atributos definidores da “civilização ocidental” — tiveram o seu apogeu. A visão de Orwell podia ser vista como inspirada pela experiência histórica oriental, mas não ocidental; essa visão era uma antecipação do modelo do Ocidente depois de inundado, conquistado, subjugado e escravizado pelo despotismo de estilo oriental; a sua imagem central era a de uma bota de soldado a esmagar o rosto de um ser humano. A visão de Huxley, por contraste, foi uma resposta de advertência ao iminente advento de uma sociedade consumista, típica criação ocidental; o seu tema principal era também a servidão de seres humanos destituídos de poder, mas neste caso uma “servidão voluntária” (termo cunhado três séculos antes, a acreditarmos em Michel de Montaigne, por Étienne de la Boétie), ou seja, usando mais a cenoura do que a vara, empregando a tentação e a sedução como principais formas de procedimento, e não a violência, a ordem explícita e a coerção brutal. Devemos recordar, contudo, que essas duas utopias foram precedidas por *Nós*, de Yevgeny Zamyatin, em que o emprego ao mesmo tempo integrado, simultâneo e complementar das *duas* “metodologias de escravização”, mais tarde elaboradas separadamente por Orwell e Huxley, já fora previsto.

Está certíssimo ao colocar em primeiro plano outro motivo do debate aparentemente permanente e infindável sobre o *unde malum*, levado a cabo na nossa pós-diabólica era moderna com o mesmo e crescente vigor dos tempos do Diabo traiçoeiro, dos exorcismos, da caça às bruxas e das fogueiras. Refiro-me aos *motivos* da iniquidade, à “*personalidade* do malfeitor” e — o que é a meu ver mais crucial — ao mistério dos feitos monstruosos na ausência de monstros, e de atos maléficis cometidos em nome de propósitos nobres (Albert Camus insinuou que os crimes mais atrozes cometidos contra os seres humanos eram perpetrados em nome do bem maior...). Particularmente lúcida e oportuna